

Mundo rural em Pax Julia¹ – estrutura e funcionamento

CONCEIÇÃO LOPES

Do nível factual à paisagem agrária

A *civitas* era a unidade-base de organização do Império. Ocupava um território composto por duas unidades – *oppidum* (núcleo urbano central/cidade) e *ager* (espaço rural). Bem distinguidas fisicamente, a coesão e unidade funcional são asseguradas pela dialéctica de relações que caracterizam o processo de apropriação e gestão do espaço. Os mecanismos de afirmação da *civitas* estendem-se necessariamente ao *ager*, cuja dimensão espacial subentende a rede de estabelecimentos que sustentou a exploração dos recursos, as diferentes categorias de terras e os indivíduos

responsáveis pela sua valorização. Embrionariamente constituída por um espaço urbano e um espaço rural, é arbitrário fraccionar a *civitas* em espaços de vivência absolutamente distintos e admitir uma abordagem de um independentemente do outro, como se se tratasse de mundos cujo funcionamento se pudesse individualizar². O carácter distinto dos dois núcleos, ou o maior ou menor grau de simbiose dos espaços em questão supõe a sua abordagem simultânea, no quadro de um múltiplo e versátil leque de informação cuja espessura de conteúdo permita dinamizar e estabelecer a permuta de correlações susceptíveis de proporcionar a avaliação do real

¹ Dos limites da *civitas* e do povoamento rural no território tratámos desenvolvidamente em trabalho anterior, LOPES, 2000, cap I.

comportamento funcional da comunidade em estudo. É, por isso, evidente e imprescindível que uma abordagem relativa à *civitas* assuma claramente a necessidade de constituir como base de análise outras informações além daquelas que se prendem com as questões de espacialização.

E se os edifícios e o seu posicionamento são inequivocamente dados importantes, numa análise morfo-sistémica que, metodologicamente, deve sustentar este tipo de estudos, eles constituem apenas um dos elementos do

PERANTE A "ANARQUIA" TERMINOLÓGICA COM QUE SÃO DESIGNADAS AS CONSTRUÇÕES EM MEIO RURAL URGE O ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS QUE PERMITAM A CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DISPERSOS PELO ESPAÇO RURAL

conjunto dos que intervêm na organização do espaço e, por via disso, são insuficientes para tentar reconstruir o quadro territorial da actividade agrária e pastoril.

Ainda assim, e perante a “anarquia” terminológica com que são designadas as construções em meio rural, impeditiva de uma leitura e interpretação claras, urge o estabelecimento de critérios que permitam ao arqueólogo, na ausência de dados fornecidos por outros níveis de saber, a classificação dos edifícios dispersos pelo espaço rural.

Tomando como exemplo a paisagem rural de *Pax Iulia*, apresentaremos o conjunto de elementos que nos permitiram averiguar os caracteres diferenciais de cada um dos estabelecimentos que nela estavam inscritos durante o período romano, de modo a determinar e caracterizar a rede em que se inscrevem essas estruturas antrópicas e assim ensaiar perceber a sua estruturação e legitimar a afirmação de que se trata de uma estrutura hierárquica perfeitamente

articulada com as qualidades agrológicas dos solos e adaptada à maximização da exploração dos recursos do vasto.

A análise dos estabelecimentos em rede tornou-se, como facilmente se compreende, uma exigência. De facto, só uma abordagem da rede permitiu visualizar as formas de estruturação do território, as relações que se estabelecem entre cada um dos núcleos edificados e o seu funcionamento articulado, mas de modo algum as formas de rendibilização do espaço rural, pois estas não prescindem de um

estudo da morfologia agrária. A rede de estabelecimentos, sendo independente dela, mantém com ela relações efectivas, mas, por si só, apenas fornece uma imagem de homens desarticulados da terra, de camponeses destacadamente visíveis na esfera de um mundo (o seu) invisível!

No caso de *Pax Iulia*, onde não reunimos condições de efectuar qualquer trabalho de morfologia agrária, podemos afirmar que a rede de estabelecimentos rurais, tipológica e funcionalmente hierarquizados, nos permite ter um conhecimento mais aprofundado sobre o mundo rural pacense, mas que, no que respeita às modalidades reais de funcionamento da sociedade agrária, estas só estarão definidas quando tivermos o conhecimento da materialidade dos factos fundiários, isto é, dos parcelários. É que uma análise aprofundada das comunidades não se sustenta apenas em mapas de pontos referenciando locais habitados. Uma visão do povoamento baseada unicamente sobre a cartografia de pontos não permite antever os sistemas mais complexos que os regem:

a morfologia, as redes viária e hidráulica, por exemplo, e os dados do meio ambiente constituem outros tantos itens de pesquisa e análise simultânea. É uma exigência de coerência que deve motivar a ligação de um sítio a uma rede; colocar os sítios em situação relativamente aos caminhos, aos parcelários, às vias, e representá-los segundo a sua forma (e não por intermédio de símbolos), enfim, descrever os tecidos paisagísticos e não apenas os sítios espalhados pela paisagem, sem relação directa com o meio, constitui o único método possível de abordar a paisagem urbana e rural como um processo de transformação e não como uma imagem ou sistema de signos e, naturalmente, tornar visível o espaço dos homens [camponeses e outros].

Assim sendo, o interesse pelo solo a prospectar deve congrega dois pontos de vista complementares: o solo, enquanto contentor dos vestígios arqueológicos que procuramos, e o solo, também ele, como o objecto de trabalho dos camponeses e como quadro de actividade produtora da sociedade agrária de quem procuramos os *habitats* e outros vestígios. A pesquisa deve conferir igual importância à superfície da jazida e diversidade de materiais que assinalam um, às condições topográficas, hidrográficas, geológicas³ e às competências agrológicas dos terrenos onde se localizam os edifícios, bem como às da sua envolvente⁴. Cada sítio deve ser entendido como uma unidade partilhando um espaço e, nessa medida, deve considerar-se a sua situação relativamente aos outros. A paisagem deve ser entendida não como um suporte mas como um elemento com um estatuto de importância igual à dos núcleos edificados⁵

A metodologia mais adequada a estes estudos é aquela que concebe o sítio como um pólo de iniciativa morfológica e que, por isso, estende a investigação

além do espaço ocupado pelos edifícios, tendo em conta que na paisagem actual raramente se encontram estruturas inertes, ou seja, paisagens modeladas de uma vez por todas.

Uma análise globalizante das realidades arqueológicas do mundo rural deverá, portanto, implicar uma pluralidade de formas de investigação que tenham em conta a morfologia agrária e o estabelecimento rural, accionadas de forma complementar. Requer, por isso, uma abordagem pluridisciplinar em que intervenham equipas de investigadores nas áreas de Ciências Humanas, Ciências da Terra e da Vida, da Agronomia, etc., contribuindo para a acumulação de informação diversa que proporcione e objective uma síntese coerente e integrada do espaço rural.

A caracterização e respectiva classificação dos edifícios rurais é, pois, apenas um dos aspectos que integram o estudo do meio rural e delas não se deve esperar obter conhecimento relativo ao impacte dos sítios sobre o meio natural e da dinâmica deste sobre aqueles,

² Independentemente de definições geográficas ou históricas, entendemos por mundo rural o espaço que, desde as portas da cidade, para lá das necrópoles urbanas, alcança os limites do território. É todo esse vasto espaço que hoje apreendemos como um conjunto de terras aplanadas, nalguns pontos mais ou menos onduladas, repartidas por solos de qualidade desigual (porque assim sempre o foram ou porque o dinamismo a que estiveram sujeitos assim os revela), cruzadas por linhas de água de maior ou menor importância e que fisicamente corporizam o mundo rural de uma *civitas*. O mundo rural compreende ainda os edifícios de habitação, e outras estruturas que com eles se relacionam, as necrópoles, a multiplicidade de estruturas agrárias e hidráulicas e os caminhos e estradas que, de forma interpenetrante, se alicerçam nesse espaço físico.

³ Mesmo tendo em conta que estas subestimaram a actividade morfogénica recente, holocénica.

⁴ O funcionamento dos solos e as características actuais da paisagem são um ponto de chegada de uma polifaseada história da paisagem durante o período histórico. A utilização das cartas de solos actuais deve considerar a existência de temporalidades de interacção, de factores antrópicos e naturais e que a memória do solo reside na dinâmica das paisagens. E se os solos podem não ser hoje o que eram há dois mil anos, é óbvio que a apreciação que os homens da antiguidade romana tinham dos diferentes tipos de solos não deveria ser aquela que hoje fazemos.

⁵ Não havendo a possibilidade de dispormos de um estudo morfológico prévio, nem de trabalhar em simultâneo com especialistas das Ciências da Terra, o nosso registo não ultrapassou o imediato da superfície dos solos, aquilo para que estamos minimamente habilitados.

relacionar a cronoestratigrafia dos sítios com as potencialidades do meio, ou ainda referenciar os sítios relativamente às vias, entre outros aspectos.

O conhecimento directo dos vestígios arqueológicos, a inventariação de um vasto e variado número de elementos de caracterização⁶, submetidos a um protocolo idêntico de descrição permitiu-nos definir uma estrutura hierárquica dos estabelecimentos rurais, estabelecer uma rede de implantação e tentar apreender os factores de repartição espacial dos lugares habitados e dos outros modos de ocupação do espaço e avaliar o comportamento funcional que assumem em contextos geomorfológicos e edafológicos distintos⁷.

Classificação dos sítios

É fundamental ordenar os sítios por categorias coerentes. Com base em dados estritamente relacionados com a observação dos vestígios devem recolher-se informação de quatro descritores – área de dispersão dos achados, materiais recolhidos, tipo de solos e inserção paisagística e cronologia relativa – cujos resultados nos permitam construir quadros de inter-relações e estabelecer uma tipologia de sítios, aos quais se torna desejável se venha a ajustar uma funcionalidade possível, depois de aduzidas outras variáveis.

Crítérios-base

a) Dispersão actual dos achados

A escolha deste critério reside no princípio de que com base nele se podem estabelecer grupos, que, por sua vez, tornam operativa uma análise multifactorial, porém não têm carácter decisivo para determinar a tipologia de sítio. Salvaguardando a precária informação da vida do sítio no que se refere ao seu ritmo de evolução, e da

distorção provocada por factores post-deposicionais, esta informação assume-se, ainda assim, como um indicador, parcial é certo, da hierarquia funcional dos estabelecimentos rurais, dado poder ser considerada um indicador de grandeza⁸.

b) Materiais observados

Os materiais são importantes indícios de distinção entre os vários sítios: a quantidade, qualidade e diversidade tipológica das diferentes categorias fornecem-nos indicações concretas sobre os materiais utilizados na construção, sobre os modos de vida, ou sugerem o funcionamento de actividades que nos remetem para uma classificação diferencial dos estabelecimentos. Os materiais recolhidos, ordenados por categorias de valorização cumulativa, permitem fazer grupos de sítios e nalguns casos, dada a sua natureza, constituem um bom indicador do tipo de sítio⁹.

c) Cronologia dos estabelecimentos

A informação cronológica que fornecem as diferentes categorias de materiais recolhidos em prospecção deve ser abordada de forma cautelosa, mas, ainda assim, pode ser tomada como indicador para apreender a data de implantação das estruturas e a sua duração de ocupação.

Exceptuando os sítios que foram objecto de escavação, a nenhum outro se pode atribuir cronologia exacta de início e final de ocupação.

d) Capacidade dos solos

Conscientes de que as cartas de capacidade de solos actuais, à escala 1: 50 000, não reflectem necessariamente o perfil da Antiguidade, ainda assim, devem usar-se com um valor indicativo mas complementadas com outras cartas (geológicas, por exemplo).

Tipologia dos estabelecimentos rurais de Pax Iulia

Devemos admitir que, face a complexidade do observável, e apenas com base nos critérios referidos, nem sempre a decisão de integrar num ou nouro tipo um determinado sítio se afigura segura, mesmo recorrendo sistematicamente a aspectos que permitam uma correcta avaliação dos contextos sitológico e situacional e a uma pormenorizada descrição dos materiais e cronologia de funcionamento.

DEVE RECOLHER-SE INFORMAÇÃO DE QUATRO DESCRITORES – ÁREA DE DISPERSÃO DAS ACHADOS, MATERIAIS RECOLHIDOS, TIPOS DE SOLOS E INSERÇÃO PAISAGÍSTICA E CRONOLOGIA RELATIVA

Ainda assim, após um fino e sistemático trabalho de ponderação destes critérios, e salvaguardando a *confeção* de um esquema modelar rígido que dela pudesse surgir, introduzimos na classificação variáveis de natureza geológica, hidrológica, topográfica e acessibilidade (o carácter complementar destes elementos deve-se apenas ao facto de não possuímos para eles um nível desejável de informação que nos permita usá-los com rigor – pode reportar-se à Antiguidade a rede hidrológica da actualidade? –) como elementos de flexibilização que detectassem e corrigissem eventuais desvios na caracterização dos sítios. Cruzados e ponderados todos os elementos disponíveis augurámos obter em *Pax Iulia* uma malha de implantação dos edifícios rurais, detectar a localização dos diversos tipos de estabelecimentos rurais nos respectivos espaços de implantação, definir o grau de influência das características geomorfológicas e do contexto sitológico, da maior ou menor proximidade da cidade, das linhas hidrológicas, da facilidade dos acessos, e da qualidade dos solos, e, finalmente, concluir o quadro de fortes e constantes relações entre os vários níveis dos

grupos de descritores referenciados que, objectivamente, concorriam no sentido de ordenação dos elementos selectivos e estruturantes dos diversos estabelecimentos e destacavam a existência de uma rede tipológica/funcional hierarquizada de estabelecimentos.

Esta avaliação ponderada que envolveu a sua componente funcional (a qual emerge, quase naturalmente, da associação ponderada de elementos, internos e externos, de natureza distinta) ultrapassou largamente as

informações dos descritores que acima apresentámos como basilares, contemplando, simultaneamente, natureza, grandeza, posicionamento na paisagem envolvente (imediata e recuada) e cronologia e facultou os módulos de inscrição dos estabelecimentos rurais de *Pax Iulia*: *villa*, casal e pequeno sítio e possibilitou que se lhes determinasse uma posição na escala de constituintes da antropização da paisagem¹⁰. As *villae* e casais constituem as unidades que

⁶ A ficha de registo deve ser concebida de maneira a codificar os sítios em função de múltiplos descritores, abrangendo uma informação de natureza quantitativa e qualitativa, com a finalidade de uma análise multivariada, automática.

⁷ Não fizemos nenhum estudo particular de geomorfologia. Utilizamos como critério as Cartas Geológicas (IGM, n.º 8, 1996, 1: 200 000) e de Uso e Capacidade dos Solos. Naturalmente que nos faltam estudos particulares que nos permitissem aferir a degradação das terras, processos dinâmicos de alteração do equilíbrio ambiental determinados por processos post-deposicionais, naturais e/ou antrópicos, etc.

⁸ Não devemos nunca esquecer que um sítio pode ter tido uma evolução funcional e que, por isso mesmo, não deve ser definitivamente classificado em função dos materiais de superfície.

⁹ Cf. Anterior.

¹⁰ As barragens e outros sistemas hidráulicos reconhecidos no terreno não estão, obviamente, integrados. Trata-se de estruturas que funcionam segundo uma lógica de utilização em contexto relacionado, não representando autonomia relativamente aos estabelecimentos e às actividades que com eles se relacionam.

asseguram a exploração dos recursos, muitas vezes coadjuvadas por pequenas instalações dispersas pelas propriedades, mais evidentes nas *villae* que nos casais e reconhecendo-se que a *villa* é a materialização mais evidente de um modo de exploração dos recursos agrícolas.

Este esquema de classificação hierárquica resultou da existência de interfaces flutuantes, em função da cronologia e dos contextos sitológico e situacional e não de um esquema fixo assente em critérios de natureza métrica, resultando num conjunto de critérios que subentendem a classificação de cada um dos tipos e a sua própria definição.

Villa

Uma passagem pelos autores antigos que se referiram às *villae*¹¹ deixa bem evidente a dificuldade e ambiguidade do termo *villa* como significante de um tipo próprio de instalação rural; o termo reveste-se de um grau importante de subjectividade e o conceito de *villa* tem sido aplicado de maneira indiscriminada aos sítios rurais da época romana.

Por *villa* entendemos um estabelecimento rural disperso à cabeça de um domínio.

Caracterizamo-la como uma unidade de exploração agro-pastoril constituída por dois elementos indissociáveis: conjunto de edifícios habitacionais, de armazenamento, de transformação e estábulos e uma propriedade fundiária, contínua ou descontínua. Concebemo-la como mutável ao longo do tempo e distinta de caso para caso, admitindo, por isso, a possibilidade de apresentarem bem distinguidas no terreno a *pars fructuaria* e a *pars rustica* ou de constituírem um bloco uno. Admitimos ainda que, na sua génese, sejam edifícios relativamente pequenos que, com o tempo, se foram ampliando e tomando a forma da *villa* ideal e

modelar. Apesar disso, designamos por *villa* apenas os estabelecimentos que pelos materiais fornecidos nos dêem indicação clara de se tratar de edifícios concebidos com um conforto proporcional à sua categoria – estabelecimentos rurais no topo da hierarquia – devendo fornecer espólio que indique a existência de certo tipo de edifícios e equipamentos (estuques pintados, mármore, mosaicos, etc. e materiais importados em número significativo). Epígrafes fazendo menção a colonos estrangeiros ou com identificação com *tria nomina* deverão ser tomadas como indicador complementar.

Partindo dessa abordagem compreende-se que denominemos como *villa*, algumas instalações, aparentemente pequenas, correspondentes, eventualmente, ao momento inicial de ocupação dos campos. Admitimos, sem grandes dúvidas, a possibilidade de uma tendência evolutiva para edifícios maiores, mais ricos e mais confortáveis, ainda que não lhe possamos marcar os ritmos evolutivos, mas recusamos a existência de uma regra aplicável a todos os casos. Algumas *villae* terão evoluído de pequenos para grandes estabelecimentos; outras, porém, poderão ter-se quedado por edifícios mais modestos, nunca tendo atingido o luxo e sumptuosidade de S. Cucufate, por exemplo.

O critério utilizado, neste caso, não é apenas métrico, é também económico. Desde o início, terão sido unidades de exploração agro-pecuária constituídas por um conjunto de edifícios em associação com um *fundus*, independentemente do tamanho dos primeiros. As transformações que vão sofrendo ao longo dos séculos em que são continuamente ocupadas sugerem adaptações relacionadas com um maior volume de produção e mais desafogada situação económica e, naturalmente, a adesão a novas concepções culturais e não uma qualquer alteração funcional.



Figura 1
Villa: um domínio fundiário

O CONCEITO DE VILLA TEM SIDO APLICADO DE MANEIRA INDISCRIMINADA AOS SÍTIOS RURAIS DE ÉPOCA ROMANA.

E, justamente, numa primeira fase, correspondente ao início da exploração do *fundus*, que envolvia a preparação das terras, a criação de uma rede de aprovisionamento de água e a instalação dos equipamentos necessários a potenciar a produção, é aceitável que os edifícios domésticos e da lavoura fossem mais modestos. Afinal de contas, não se sabia ainda qual o volume de produção que se iria obter!

O progressivo engrandecimento e melhoramento dos edifícios de habitação, a sua maior riqueza decorativa e a utilização de técnicas mais apuradas e materiais mais nobres na construção derivariam de um acréscimo da sua capacidade económica, resultante, certamente, das mais-valias proporcionadas pela produtividade alcançada nos terrenos que exploravam (que, nalgumas produções, como a vinha e oliveira, por exemplo, não eram imediatas), do eventual alargamento da propriedade

por compra ou aluguer de terras, enfim, de uma gestão tendente a maximizar os recursos, da qual não se podem dissociar a tecnologia empregue, as técnicas agrícolas e a organização dos sistemas hidráulicos. O acrescento ou ampliação de edifícios de armazenamento e de transformação reflecte, por sua vez, um acrescento de produção. A diversidade, qualidade e quantidade de materiais resultará da maior capacidade financeira, mas também da facilitada permuta de produtos, resultante da implantação progressiva de uma ampla e estruturada rede de mercados que permite aos proprietários da região o escoamento dos seus excedentes e o acesso fácil aos produtos regionais e de longa distância¹².

¹¹ Tito Lívio (Hist. Rom., II, 62-3) e Tácito (Hist. V, 23, 15; IV, 67, 7; Ann., III, 46, 7), villa, Varrão (R.r., II, 2; III, 50, entre outros).

¹² A este propósito, veja-se ALARCÃO, ETIENNE, MAYET, 1990, 298.

Devendo a *villa* ser entendida no indissociável binómio edifícios e *fundus*, afigura-se-nos pouco razoável que se valorize superlativamente um dos elementos da composição e se classifiquem estes estabelecimentos com base em critérios que incidam apenas na configuração dos edifícios.

Casal

Por casal¹³ entende-se uma unidade de exploração de tipo familiar, distinguindo-se das *villae* pela modéstia da área construída, pela menor quantidade e qualidade de materiais e pela posição que ocupa no contexto geomorfológico do território. É um estabelecimento de tamanho médio, variável, cuja área edificada pode constituir uma unidade contínua ou ser repartida em dois ou três conjuntos que organicamente se constituem como um único pólo de iniciativa funcional.

Certamente relacionados com a produção agrícola e pecuária, parece-nos claro que, pelos materiais exumados à superfície, alguns deles eram, primordialmente, vocacionados para actividades de carácter mais artesanal (por entre estes confirmam-se alguns relacionados com a mineração) e/ou ligados à exploração dos recursos florestais, directa ou indirectamente. Impossível é aferir se se encontravam vinculados economicamente a pólos de iniciativa de grau superior, *villae* ou aglomerados urbanos, no âmbito dos quais desenvolviam actividades produtivas complementares ou se eram totalmente autónomos.

Sem contrariar a hipótese de serem unidades de exploração agro-pastoril de patamar inferior ao das *villae*, parece-nos dever ampliar-se a sua funcionalidade a actividades produtivas de carácter não agrícola.

A plural funcionalidade dos casais coloca a reflexão e o debate subjacente ao seu carácter agrícola num grau de enorme complexidade que a ausência de um conjunto de dados, de natureza arqueológica e ambiental, conduz, inevitavelmente, a um enleio de profundos constrangimentos qualquer análise que pretenda elaborar propostas mesmo que com carácter hipotético. Para que se dinamize e avance no debate é fundamental dispor de um repertório de dados arqueológicos concretos, dos quais plantas e cronologias são apenas uma parte, recolhidos em vários sítios e em várias áreas do território, relacionados e interligados com dados do ambiente envolvente. Mas, mesmo assim, uma explicação sólida só lograria poder avançar-se se se tivessem disponíveis dados concretos sobre o regime da propriedade destes casais, do estatuto dos seus ocupantes, dos recursos que exploravam e do seu enquadramento no contexto mais vasto dos recursos e das outras formas de exploração.

Ao nível do debate teórico, a multiplicidade de explicações é, naturalmente, aceitável, desde que as conclusões possíveis atendam a esse dinamismo que pode integrar como normais situações que *a priori* tenderíamos a explicar como excepção. De igual modo, todas as conclusões se devem aceitar como válidas e, mesmo que o discurso de sustentação de uma se sirva da valorização dos aspectos insignificantes de outra, nenhuma se deve excluir sem provas absolutamente evidentes.

Para os casais, propomos uma ampla variedade métrica, por forma a dinamizar um quadro de possibilidades capaz de integrar a deduzida multiplicidade de formas de estabelecimentos reconhecidos no terreno, concentrados ou aparentemente dispersos.



Figura 2
Casal

PARA OS CASAIS, PROPOMOS UMA AMPLA VARIEDADE MÉTRICA CAPAZ DE INTEGRAR A DEDUZIDA MULTIPLICIDADE DE FORMAS DE ESTABELECIMENTOS RECONHECIDOS NO TERRENO

J. de Alarcão foi quem primeiro aplicou o termo casal para designar esses sítios, que, dispersos pelo campo, em época proto-histórica, se distinguiam dos castros pela muito menor dimensão, interpretando-os como “pequenas explorações mistas, agrícolas e pecuárias” [ALARCÃO, 1976, 11] e, na época romana, corresponderiam a dependências de um latifúndio, podendo constituir “várias quintas na área do latifúndio, fossem elas pequenos casais, entregues a famílias que os cultivassem sem recurso a mão-de-obra além dos seus próprios, fossem quintas maiores, arrendadas a um lavrador suficientemente abastado para ter, ele próprio, seus servos ou criados livres” [ALARCÃO, 1976, 26].

Posteriormente, o autor aliviou, parcialmente, o casal romano dessa rígida sujeição a um domínio de estatuto superior, admitindo que o

problema destas “unidades de exploração unifamiliar, modestas, trabalhadas geralmente sem recurso a escravos ou assalariados” é “mais obscuro” que o problema do “latifúndio romano no Sul de Portugal” [ALARCÃO, 1990, 420].

Em *Pax Iulia*, não temos dúvidas em reafirmar que, ao casal, se pode atribuir uma pluralidade de funções, agrícolas ou não, as quais se reflectem, com certeza, não apenas na sua organização interna, mas também na maior ou menor grandeza dos edifícios. Nalguns casos, considerando apenas os materiais e sua área actual de dispersão, torna-se difícil distingui-los da *villa*, sobretudo, daquelas *villae* do início da ocupação dos campos que, tudo indica, poderiam apresentar dimensões relativamente modestas, muito próximas das dos casais de maiores dimensões (alguns podem atingir os 0,3 ha).

¹³ Sobre o vocábulo casal, cf. ALARCÃO, 1990, 421.

É fundamental, no conjunto dos designados casais, distinguir estabelecimentos agrícolas e agro-pastoris, de estabelecimentos relacionados com outros ramos de actividades. A presença de escórias em grandes quantidades e a evidente proximidade de minas sugere-nos, nalguns casos, a predominância dessas actividades. A escavação sistemática e a obtenção de plantas e índices cronológicos, associadas a estudos paleoambientais, poderão fornecer-nos esses indicadores. Por enquanto, e

POR PEQUENOS SÍTIOS ENTENDEM-SE ESTABELECIMENTOS DESTINADOS PRIMORDIALMENTE AO APOIO DAS ACTIVIDADES DE *VILLAE* E CASAIS

porque não sabemos qual o grau de autonomia que estes tinham relativamente a outros de patamar superior – *villae*, núcleos urbanos secundários e eventualmente à capital (nomeadamente os sítios ligados à exploração de metal) e em que medida os de actividade não agrícola excluía totalmente o cultivo de uma parcela de terra –, parece-nos que, mesmo inapropriadamente, até se recolherem mais dados, este tipo de designação se deve manter.

Porque o vocábulo casal não existe na literatura latina e na Idade Média representa uma unidade de exploração agrícola¹⁴ encabeçada por uma casa e caracterizada por uma estrutura interna variada e variável ao longo do tempo, parece-nos, justamente, que nesta acepção múltipla, tomado como designativo de unidades funcionais heterogéneas, se pode recuperá-lo para designar estruturas romanas.

Pequeno sítio

Por pequenos sítios entendem-se estabelecimentos destinados primordialmente ao apoio das actividades produtivas de *villae* e casais, sobretudo das *villae*, como se depreende da sua localização preferencial nas imediações destas.

Dispersos no interior das propriedades, desempenhariam o papel de pontos de apoio do conjunto das actividades produtivas, podendo ser locais de armazenamento, estábulos, malhadas, moinhos hidráulicos, enfim, um conjunto de edifícios cuja vida dependeria da gestão da propriedade na qual funcionavam como *instrumentos* e intermediários da exploração agrícola. A sua ocupação temporária, por ocasião de certas actividades ou por necessidades pontuais, ou ocupação permanente, dependeria da sua função

no interior do domínio. A desigualdade em volume e diversidade de materiais que apresentam à superfície, *tegulae* e *lateres* ou *tegulae*, *lateres* e cerâmica comum ou *tegulae* e *lateres*, cerâmica comum, ânfora e/ou *dolia*, são sintomas da pluralidade de funções que lhes atribuímos e denunciam a sua total dependência funcional da estrutura superior que organiza e controla o espaço agro-pastoril.

Não tinham área residencial, mas poderiam, alguns deles, comportar um compartimento modesto e desconfortável, de precárias condições, sem carácter permanente, que serviria como habitação temporária e que se resumia a um anexo com espaço para dormir e eventualmente uma lareira para cozinhar. Admitimos que, por exemplo, um pastor tivesse, por qualquer razão, necessidade de pernoitar junto do seu gado, e, nesse caso, poderia haver, como ainda hoje existem no Alentejo, malhadas para o gado com um compartimento para o pastor (nestes casos, uma parede separa o gado do anexo, situado num dos topos, onde se constrói uma chaminé, e um pequeno poial para colocar a cama).

Esta estrutura faria sentido naqueles pequenos sítios que encontramos

afastados de *villae*, em zonas, do ponto de vista dos recursos, mais pobres, e onde imaginamos mal outras actividades que não as relacionadas com a pastorícia, a exploração da floresta e a apicultura (*mellaria*), por exemplo, e que tornariam penosa uma deslocação diária para, e do, alojamento que os serviços deveriam ter nos edifícios da *villa* que os enquadrava.

Exemplos interessantes, e que se integram perfeitamente neste tipo de sítios, são as “bergeries” escavadas na região de la Crau d’Arles [BADAN; BRUN; CONGÉS, 1995, 263-310].

Só com base na análise de materiais de superfície torna-se difícil a classificação de um núcleo e, por isso, é admissível que alguns dos que se poderiam classificar como pequenos sejam o que resta de necrópoles e outros, por sua vez, possam ser estruturas mais recentes que encontraram em edifícios antigos reservas de material de construção reutilizável.

OS CASAIS E AS *VILLAE* DISPERSAM-SE NO TERRENO EM ZONAS DE CARACTERÍSTICAS GEOMORFOLÓGICAS E PEDOLÓGICAS DISTINTAS

Uma tipologia funcional

A definição tipológica apresenta-se como um elemento determinante numa análise que pretenda confrontar os tipos, edifícios à escala do território, com dados do meio: topografia, hidrologia e qualidade dos solos e, simultaneamente, situar, num plano de proximidade e relação, a totalidade de sítios.

A cartografia de todos os sítios, independentemente da sua tipologia, caracteriza apenas, de forma genérica, o padrão de ocupação do território: espaços densamente ocupados, espaços medianamente ocupados, espaços de fraca ocupação e espaços completamente vazios.

Se quisermos obter uma imagem que nos permita constatar a existência de um modelo funcional organizado e estruturado de distribuição no espaço é imprescindível cartografar os sítios segundo a sua tipologia.

A cartografia dos sítios de *Pax Iulia*, segundo a tipologia, fornece uma imagem que nos permite constatar a existência de um modelo funcional organizado de distribuição no espaço, estruturado em função de pólos de iniciativa distintos: a cidade, em cujo entorno imediato se desenha uma malha de ocupação constituída quase em exclusivo por *villae*, algumas delas denunciando grande ostentação, rareando as estruturas de apoio; os aglomerados urbanos secundários, concretamente Moura, Vila Verde de Ficalho e Aljustrel que se posicionam como pólos de desenvolvimento de casais de ocupação curta ou permanente e instalações de suporte ou pequenos sítios relacionados com a exploração dos recursos circundantes; os solos de barros, em associação com as ribeiras de

¹⁴ “Uma das peças fundamentais de toda a vida agrícola medieval” [GONÇALVES, 1981, 60].

maiores caudais e extensão, que correm no interior das terras aplanadas, ao longo das quais e, sobretudo, nas suaves encostas sobranceiras, se instalaram, quase em exclusivo, as *villae* e os seus edifícios de apoio; as zonas de contacto entre os solos profundos, de grande produtividade agrícola, e de topografia regular e os solos magros, xistosos, nalgumas regiões, de topografia bastante irregular, e acesso difícil, onde encontramos localizada a maior parte dos casais e alguns pequenos sítios e, finalmente, as plataformas das elevações sobre o Guadiana, fortemente atractivas para os grandes povoados das Idades do Bronze e Ferro, alguns com ocupação romana, mas apenas atestada até meados do primeiro século da nossa era.

Esta distribuição espacial, de imediato, deixa transparecer o carácter fundamentalmente agrícola da economia da região. É bem perceptível uma racional selectividade da ocupação dos espaços – casais e as *villae* dispersam-se no terreno em zonas de características geomorfológicas e pedológicas distintas; as estruturas melhor equipadas técnica e humanamente partilham entre si as áreas de maior potencial agrícola. As áreas em que as terras são francamente pobres, de produtividade duvidosa e de acessos difíceis, ficam quase totalmente vazias.

A *villa*, enquanto elemento fundamental de estrutura agrária do território, raramente se implanta nas zonas menos atractivas do ponto de vista pedológico e de acessos difíceis. Encontramos *villae* logo à saída da cidade e, para lá deste entorno imediato da cidade, encontramos-as quase na totalidade implantadas da mesma forma, em suaves encostas, próximo de barrancos, nas áreas de solos com boas aptidões agrícolas, próximo das vias principais ou com acesso fácil a estas, maioritariamente na vertente voltada à cidade, o que faz com que, de muitas delas, mesmo afastadas, duas ou mesmo

três dezenas de quilómetros, se aviste a capital com nitidez, nalguns casos criando uma sensação de incrível proximidade.

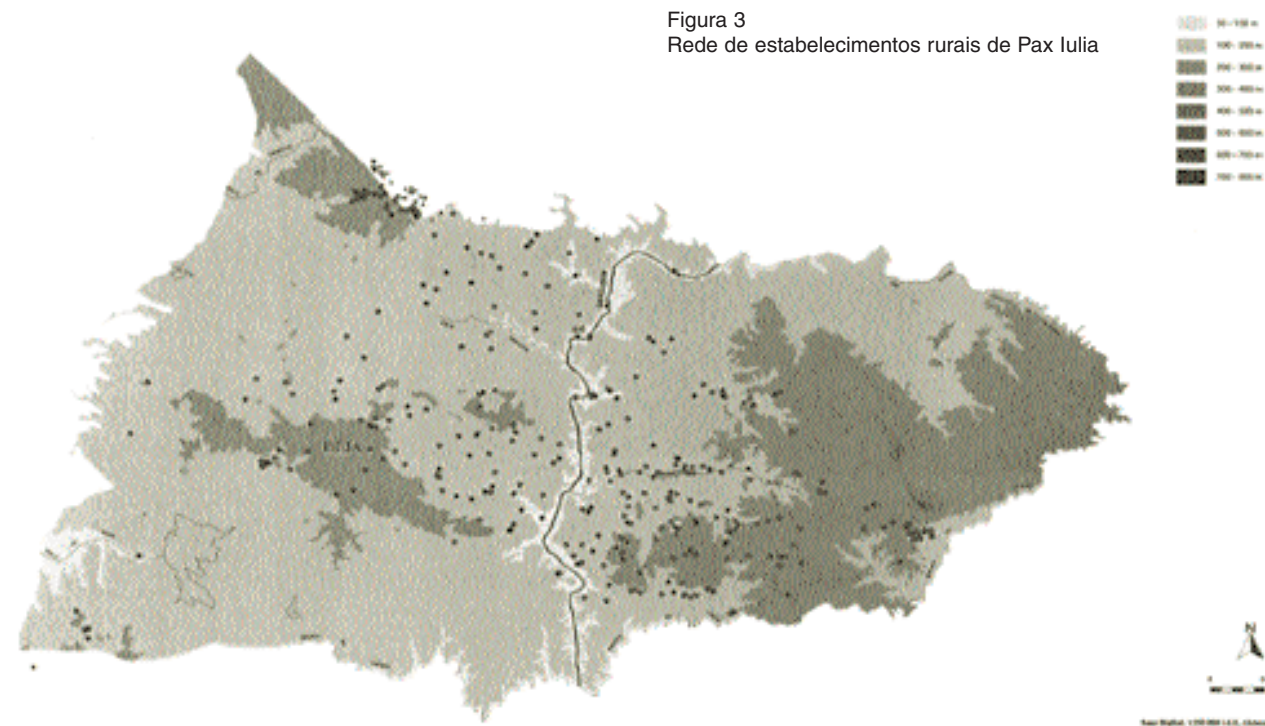
Os casais identificam-se nos solos de médias e fracas aptidões agrícolas, maioritariamente, ao longo do interface de solos profundos, argilosos, com solos magros, de qualidades inferiores, quase sempre ocupando o topo de cabeços aplanados, largos, de altitude média. Os cursos de água, não muito distantes, não se apresentam, todavia, como elementos determinantes. Os casais surgem na transição dos solos de boas aptidões agrícolas para os solos pobres, em áreas onde o relevo se torna mais ondulado, ocupando aí, quase sempre, o topo de cabeços. Relativamente às *villae*, posicionam-se na sua periferia, desenhando como que uma cintura entre os terrenos ocupados por estas e os solos pobres, vazios de povoamento neste período.

Os pequenos sítios situam-se em cabeços, em áreas onde os solos são de qualidade inferior; nos topos de cabeços próximos das *villae*, ou ainda junto às linhas de água.

A distribuição espacial diferenciada dos estabelecimentos parece traduzir uma utilização lógica e racional do espaço geográfico e reflectir uma paisagem organizada, planificada de forma a maximizar a exploração dos diferentes recursos naturais, valorizando, num sistema de complementaridades, os diferentes espaços territoriais.

Se aduzirmos a variável cronologia, podemos inferir, com a prudência que se deve observar face a vestígios de superfície, o momento de implantação dos edifícios e perceber a fase de apropriação do espaço pelos romanos, mas este dado não legitima directamente um discurso de natureza histórica, sobre o(s) regime(s) agrário(s) que caracterizaram *Pax Iulia*. Esse(s) implicam um estudo de morfodimismo

Figura 3
Rede de estabelecimentos rurais de Pax Iulia



que, em caso algum, reafirmamos, se traduz pela distribuição de edifícios.

O que, em rigor, podemos observar é que, na ausência de povoamento disperso da Idade do Ferro¹⁵, o aparecimento das *villae* surge como um signo de ruptura com a ocupação e, eventualmente, com a organização anterior dos campos (que desconhecemos completamente) dominada pela concentração populacional em povoados e, conseqüentemente, ao desabrochar de estabelecimentos privados com função agrícola, no espaço até então, do ponto de vista dos recursos, certamente, polarizado por *oppida*, mas cujo estatuto desconhecemos.

Este fenómeno de ruptura com a anterior organização do espaço, provocado pela instalação das *villae* e, a outro nível, pela dos casais¹⁶, quer em torno da cidade, quer no restante território, sem outro grau de precisão, não parece poder situar-se antes do final do séc. I a.C./início do séc I d.C. É a partir desse período, sobretudo do início do século I d.C., que damos conta de *villae*, dispersas por todas as partes do

território, mas apenas localizadas nas áreas de solos de melhores aptidões agrícolas, onde se mantém (naturalmente seguindo um processo de dinamismo interno que se não pode apreender com base nos dados em análise) até meados do século V d.C.¹⁷. Estas estruturas rurais devem ter capitalizado o fundamental da exploração do solo, onde os produtos da trilogia mediterrânica – vinha, olival e cereais – assumiriam o grosso das produções. O valor das superfícies que exploraram terá sido diverso e variado ao longo do tempo.

¹⁵ Admitindo que, em Folha de Ranjão Baleizão, se teria localizado um habitat com ocupação da Idade do Ferro, é apenas um caso que nada altera a esta constatação.

¹⁶ Caberia aqui situar a relação que a centurição, enquanto instrumento novo de estruturação do espaço rural, com o aparecimento das *villae* e, por um lado, determinar o seu impacto sobre a organização anterior do espaço, e, por outro lado, verificar que relação estabelecia com estes primeiros estabelecimentos, muito provavelmente surgidos na sequência do projecto político que determinou a assignação de terras a colonos. Não temos nenhum elemento que nos permita conhecer e datar a centurição da colónia e portanto qualquer relação temporal não passa de uma hipótese teoricamente possível. Sobre esta questão, ver adiante.

¹⁷ Muitos destes sítios mantêm-se ocupados para além desta data, mas não é seguro que possamos denominá-los como *villa*.

Face ao observado, torna-se lícito que constatemos que os estabelecimentos possibilitam a leitura da organização dos traços gerais da paisagem rural humanizada¹⁸ e do processo diacrónico(em traços largos) de apropriação dos campos pelos Romanos, mas não nos autorizam a reconstituição da morfologia agrária que lhes corresponde: permitem-nos, portanto, construir a matriz da estrutura geral de

O APARECIMENTO DAS *VILLAE* SURGE COMO UM SIGNO DE RUPTURA COM A OCUPAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO ANTERIOR DOS CAMPOS

localização e individualização dos sítios, detectar as excepções, apreender o papel exercido pelo meio na selecção dos espaços, perceber a lógica e racionalidade das densidades das áreas povoadas e das áreas vazias de estabelecimentos, verificar a profunda alteração que caracteriza o povoamento romano relativamente ao precedente e, por inerência, sugerir modificações nos espaços de actividades mas, de maneira alguma, nos autorizam a inferir a estrutura agrária¹⁹, de valorização e rendibilização dos campos.

Resumindo o essencial da análise da ocupação do espaço rural da *civitas*, podemos afirmar que a rede de povoamento realça características que se podem afirmar como estruturantes.

O padrão de dispersão pelo campo de instalações de dupla finalidade (residencial e agrícola), que se traduziu por uma ruptura completa na paisagem proto-histórica na maior parte do território (pois a região de Moura sugere consubstanciar um espaço de excepção), parece não ter, ao longo de todo o Império romano, sofrido modificações com peso suficiente para afectar a estrutura de base.

A hierarquia dos estabelecimentos e a sua posição relativa no terreno, bem como a relação de uns com os outros, traduz uma organização estruturada do

espaço; as mutações ou permanências parecem resultar, em grande medida, das inter-relações que se estabelecem entre eles e da forma como empreendem a gestão do espaço e não de qualquer facto histórico, político ou económico.

A mobilidade da paisagem verifica-se à escala das explorações, e aí, deverá relacionar-se com os contornos que a

organização dos campos pressupôs; com a forma como é empreendida e dinamizada a exploração dos recursos, com a criação de acessos, mas não com novas formas ou estratégias de ocupação do espaço de natureza habitacional.

Parece evidente que as condições ambientais (em sentido lato) exerceram um papel fundamental na determinação da localização dos estabelecimentos²⁰. Dado que as diferentes classes ambientais têm um impacte decisivo na produtividade das terras, proporcionando um desigual volume de produtos em superfícies equivalentes, torna-se legítimo supor que, tratando-se de sociedades agro-pastoris, seja natural que as unidades de exploração melhor apetrechadas se instalem nas melhores terras, deixando livres, a agricultores com menores possibilidades, ou para produtos de menor importância económica, apenas as terras de menor produtividade agrícola.

Enquanto não dispusermos de estudos concretos da envolvente dos estabelecimentos, os quais podem fornecer um conjunto imprescindível de informação sobre as formas de cultivar, organizar e rendibilizar o espaço agrário, ao longo dos tempos, nada se pode avançar quanto ao real funcionamento dessa sociedade agrária. É que, apesar da informação que se pode retirar de uma rede de povoamento, esta

é apenas um elemento do sistema que é a paisagem e, em si mesma, informação pouco espessa, para que seja capaz de reproduzir a vida das comunidades que a edificaram. Situado o estudo do espaço nesta realização que é o trabalho do homem, o meio geográfico deve valorizar-se, deixando de ser um quadro complexo e inerte no qual se implantam sítios e se movimentam pessoas.

Este tipo de estudos implicam que a paisagem seja assumida como um sistema dinâmico, com um imensurável poder integrador, como pólo de cultura em transformação contínua, resultado de relações dialécticas que mantêm com o homem – agricultor-pastor onde os estabelecimentos rurais representam apenas um dos elementos desse sistema. O conhecimento das paisagens agrárias, para além da rede de estabelecimentos hierarquizados tipológica e funcionalmente, exige cronologias inequívocas, resultantes de investigação geoarqueológica, estudos paleoambientais, edafológicos, sedimentológicos, ecológicos... e um conjunto de “instrumentos”, como elenco basilar da informação, que inclui fotografias aéreas, cartas de relevos, cartas cadastrais modernas e mais antigas (no caso de *Pax Iulia* pelo menos anteriores à grande transformação do Alentejo pela campanha do trigo, determinada por Salazar), capazes de permitirem verificar o processo dinâmico de ocupação do espaço e averiguar o seu real funcionamento e, nalguns casos, a aproximação à organização interna e dimensões de alguns domínios fundiários.

Os dados sobre o mundo rural do território de *Pax Iulia* parecem-nos poder exemplificar e ilustrar um equívoco no que respeita ao estudo do mundo rural da época romana – a elaboração da história agrária a partir de uma rede de povoamento, ou seja, do nível do factual. É que, perante um inventário de mais de um milhar de edifícios de época romana – repartidos

por três categorias tipológico-funcionais distintas, capazes de os integrar na totalidade – reportados a uma rede, parece existir um nível de informação suficiente para escrever, ou pelo menos ensaiar escrever, a história agrária do período romano na *civitas*.

Ao afirmarmos que o nível factual da paisagem não pode sustentar um discurso histórico válido estamos, segundo uma certa visão morfo-historiográfica, que atravessa grande parte da arqueologia, a desperdiçar material, pelo menos a gorar expectativas que estes dados parecem ter capacidade de satisfazer plenamente no quadro de uma planificação determinada pelo poder político.

Ora, esta atitude releva do facto de considerarmos o sítio arqueológico como um local onde se reconhecem materiais arqueológicos e, antes de mais, como um pólo de iniciativa morfológica com os seus desenhos parcelares e como um facto submetido a normas que se inscrevem num quadro

¹⁸ Entende-se por paisagem rural humanizada a expressão das relações que se estabelecem entre os sítios habitados e o meio ambiente que o homem se esforça por colocar ao seu serviço.

¹⁹ Entende-se por estruturas agrárias o conjunto das ligações duráveis e profundas entre o homem e o solo, que traduzem as paisagens rurais. Num determinado conjunto rural caracteriza-se por um certo método de organização do espaço cultivado, de onde resultam um tipo de habitat, uma certa forma das parcelas cultivadas, um sistema de cultura particular. É o resultado de uma combinação complexa de factores diversos.

²⁰ É interessante verificar que esta estrutura não sofreu globalmente grandes alterações até aos anos 30/40 do séc. XX. Na serra de Serpa, o povoamento resume-se a espaçados montes de modestas dimensões, e a um conjunto vasto de malhadas construídas em talpa, cobertas quase sempre de material vegetal. A serra de Portel apresenta características ainda mais desertas e, ao longo do Guadiana, os moinhos e algumas estruturas, de carácter rudimentar, de apoio a esta actividade, são os únicos estabelecimentos identificados. A sul de Beja, o povoamento é um pouco diferente. Edifícios de tamanho diverso, dispersos pelo campo de forma espaçada e concentrações maiores em torno das aldeias de Trindade, Santa Vitória, e numa linha que acompanha a estrada para Mértola, as grandes explorações agrícolas, montes, com suas hortas e malhadas, situam-se nas áreas de melhores solos, melhores acessos e mais próximo da cidade. Sem pretendermos fazer nenhum relacionamento entre situações separadas no tempo por séculos, não há dúvidas que o ambiente exerce um papel bastante forte na estrutura do povoamento, em diferentes épocas.

paisagístico em relação com ele, cuja organização obedece a regras exteriores, isto é, estamos a implicar uma abordagem ampla que ultrapasse os vestígios materiais que permitem identificá-lo e localizá-lo numa carta [LOPES, 2000, 274]. Estamos a tornar necessário colocar os sítios em situação relativamente aos caminhos e ao parcelário, a representá-los segundo a sua forma e não como símbolos a descrever os tecidos paisagísticos de inserção e, sobretudo, a defender que a abordagem determinada por esta metodologia não tem que remeter directamente para a procura de informações sobre as paisagens e campos em determinada época (só em casos excepcionais conservadas), mas, ao invés, para saber que questões se podem colocar, partindo deste espaço representado, a propósito da sua dinâmica.

ESTE TIPO DE ESTUDOS IMPLICAM QUE A PAISAGEM SEJA ASSUMIDA COMO UM SISTEMA DINÂMICO, COMO PÓLO DE CULTURA EM TRANSFORMAÇÃO CONTÍNUA

Estamos, portanto, a inverter a questão metodológica: trata-se, agora, de uma arqueologia espacializada que transforma a perspectiva. A abordagem não deve ser feita para recuperar um vestígio arqueológico ou uma forma arqueológica que remeta para um facto político-institucional bem datado, mas para a análise morfológica do conjunto das formas inscritas na paisagem, para o questionamento de quais os processos e em que temporalidades se fez a estruturação dos campos, do que é que nesta estruturação é planificado e do que é que é espontâneo, do geral e do local, etc., e esta análise das formas não pode ser conduzida sem um conhecimento tafonómico: “il s’agit de savoir quelle a été l’histoire des sédiments afin de dire si l’on est en droit ou non d’interpréter ou de rapporter telle forme à un fait social ou une époque détermine”²¹.

Estamos a considerar que o estudo das formas da paisagem só é consequente se nele se juntar um colectivo de debate oriundo de diversas disciplinas e a apelar à introdução de novos “utensílios” e métodos de análise mais adequados para avaliar as potencialidades paisagísticas e as situações cronológicas, pois é por demais evidente o esgotamento ou inaptidão da diacronia e sincronia como únicas modalidades de potenciação dos factos paisagísticos e das diferentes escalas que nela se “movimentam”. Estamos a assumir como indispensável a introdução de dimensões espacio-temporais como a hesterecronia e ucronia, por serem mais dialécticas e mais aptas ao estudo da paisagem, entendida como a interacção dinâmica permanente entre elementos físicos e sociais, na base dos quais encontramos todos os processos dinâmicos elementares – seja sedimentares, seja ecológicos, seja sociais – e a renunciar às cronotipologias que sujeitam o estudo das formas paisagísticas a uma história linear que, entre outras coisas,

ignora que as formas possuem uma dinâmica produtora de uma história que não se decalca directamente sobre a história das sociedades [COUQUER, 2000, 156-159, 183-185, principalmente.]

Submetidas a uma outra abordagem e inscritas no seu tempo próprio, as relações espaciais que se estabelecem entre duas partes dos domínios fundiários – estabelecimentos e parcelário –, apesar da dificuldade poderão permitir encontrar os ritmos de evolução das formas agrárias e, por comparação com outras, fornecer os elementos fundamentais para a redacção da definição do sistema agrário de *Pax Iulia*. Mas consideramos como absolutamente fundamental que se tenha consciência de que esse estudo parte da paisagem actual e que esta mais não é do que produto da sua história; um sistema complexo, homogenético e heterogenético, no interior do qual se podem conceber ensaiar e reconstituir os sistemas que a produziram.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de, 1976, A vida rural no Alentejo, na época Romana., Coimbra (texto policopiado).
ALARCÃO, J. de, 1990, “Portugal das Origens à romanização”, in SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. OLIVEIRA, Nova História de Portugal, vol. I, Lisboa.
ALARCÃO, J. de; ÉTIENNE, R.; MAYET, F., 1990, Les villas de S. Cucufate (Portugal), Paris.
BADAN, O.; BRUN, J.-P.; CONGÉS, G., 1995, “Les bergeries de la Crau d’Arles. Les origines de la transhumance en Provence”, *Galia*, 52, p. 205-310.
CHOUQUER, G., 2000, L’étude des paysages. Essais sur les formes et leur histoire, Paris.
GONÇALVES, Iria, 1981, “Da estrutura do casal nos finais da Idade Média”, *História e Crítica*, n.º7, p. 28-45.
LOPES, M. Conceição, 2000, “A cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da civitas de Pax Iulia”, dissertação de tese de doutoramento apresentada à FLUC (policopiado e CD).

²¹ Agradecemos a G. Chouquer a leitura do texto inédito, em fase de publicação.